

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.101.924 - RS (2017/0112232-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : BRASIL ASSISTENCIA LTDA  
**ADVOGADOS** : LEONARDO SANTANA DE ABREU E OUTRO(S) - RS0043188  
VINICIUS LUBIANCA - RS0050820  
**AGRAVADO** : EDEL SEGURADORA S/A  
**ADVOGADO** : CARLOS AUGUSTO BOTTA E OUTRO(S) - RS045754  
**INTERES.** : CONSTRUTORA COMERCIAL E INDUSTRIAL S/A - COMASA

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO DA AÇÃO. ART. 18, ALÍNEA D, DA LEI 6.024/1974. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que não admitiu o recurso especial apresentado por Brasil Assistência Ltda., com base no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 605):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO. PROVIDÊNCIAS NÃO ATENDIDAS PARA A HABILITAÇÃO. PROCEDIMENTO LEGAL ESPECÍFICO. INCUMBÊNCIA DA PARTE AGRAVANTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 640-645).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 650-677), a recorrente apontou violação dos arts. 139, 371, 489, 497, 509, 515, 536 e 1.022 do Código de Processo Civil do 2015; e 18, 22 e 24 da Lei n. 6.024/1974.

Sustentou, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional; a falta de fundamentação; que a decisão judicial contém valores líquidos, atualizados por simples cálculo aritmético; a existência de liquidez, certeza e exigibilidade do crédito; a não

ocorrência da preclusão quanto ao cumprimento de sentença; e ter direito à expedição de ordem de habilitação de crédito.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 697-709).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de violação dos dispositivos apontados e da incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 712-718).

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Dessa maneira, registro que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. Os segundos Embargos Declaratórios opostos com o intuito de modificar o julgado, inovando com argumentos preclusos, revela nítido caráter procrastinatório, pelo que é admissível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 822.269/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 17/11/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU ANTERIORES ACLARATÓRIOS COM APLICAÇÃO DE MULTA, MANTENDO A NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL FACE A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ANULAR OS ACÓRDÃOS

PROFERIDOS NA ORIGEM, COM A DETERMINAÇÃO DO RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO PARA QUE PROCEDA À ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO COMO ENTENDER POR DIREITO, POR TER A PARTE RECORRENTE, UMA VEZ INTIMADA PARA COMPLEMENTAR O RECURSO ATENDIDO À DETERMINAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC).

2. Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo que a atribuição de efeito modificativo somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na presente hipótese.

3. Restou delineado que o recolhimento insuficiente do preparo do recurso de apelação não enseja a deserção se a parte recorrente, intimada para que o complemente, atende à intimação e recolhe a totalidade do valor, ou demonstra que tal já foi realizado no momento oportuno, o que expressamente ocorreu no caso conforme mencionado pelo magistrado a quo, "na medida em que veio aos autos comprovar que já havia efetuado o recolhimento não só das custas referentes ao porte de remessa, mas também do porte de retorno e das custas recursais, de forma a comprovar o integral preparo realizado na data da interposição do apelo". Inteligência do artigo 511, § 2º, do CPC/73. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 803.611/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 24/10/2016).

Consoante se extrai dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 607-609):

(...)

Com efeito, dispõe o art. 18 da Lei Federal nº 6.024/74 que, “a decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:”, dentre os quais, conforme a alínea “a” da mesma norma, está “a suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação”.

No caso dos autos, incide a regra estabelecida no artigo 18 da Lei 6024/74, restando impossibilitada a imediata execução, enquanto em curso a liquidação.

(...)

Cumprе ressaltar, após as considerações iniciais, que a habilitação de crédito nas liquidações extrajudiciais – caso dos autos – deve observar o rito legal estabelecido no artigo 22 e seguintes da Lei 6.024/74 em combinação com os artigos 75 e 80 do Decreto nº 60.459/67, quanto às atribuições do liquidante e às condições a serem observadas para a sua realização.

Ademais, o art. 80 do mencionado diploma legal prevê que o liquidante promoverá o pagamento dos credores pelo crédito apurado e aprovado.

Na espécie, consoante reconhecido pela própria agravante, houve procedência de demanda declaratória ajuizada em desfavor da parte agravada, mas não houve apuração efetiva do valor eventualmente devido.

Tanto é verdade que a parte agravante já tinha iniciado o processo de habilitação, tendo deixado, no entanto, de diligenciar no fornecimento de documentos ao administrador judicial, exatamente em relação ao valor exato do crédito que pretende habilitar.

Outrossim, não se pode olvidar que em decisão proferida à fl. 428 dos autos principais, já havia manifestação no sentido de incumbir à parte agravante a adoção das providências necessárias à habilitação de seu crédito, sendo a parte intimada ainda em 2011 a respeito.

E, decorrido longo prazo, não houve prova de que tenha adotado as providências necessárias a viabilizar a habilitação, restando evidente a ausência de liquidez do título judicial. (Sem grifo no original).

O acórdão dos embargos de declaração fundamentou o *decisum* nos seguintes termos (e-STJ, fls. 643-644):

(...)

Tal como referido no julgado, dispõe o art. 18 da Lei Federal nº 6.024/74 que, “a decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:”, dentre os quais, conforme a alínea “a” da mesma norma, está “a suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação”.

No caso dos autos, incide a regra estabelecida no artigo 18 da Lei 6024/74, restando impossibilitada a imediata execução, enquanto em curso a liquidação.

O embargante pretende substituir seu crédito, bem dizer, pelo da COMASA que não integra mais a relação de credores da EDEL.

A matéria foi exaustivamente analisada no acórdão, tal como se verifica de relevante trecho:

Ademais, o art. 80 do mencionado diploma legal prevê que o liquidante promoverá o pagamento dos credores pelo crédito apurado e aprovado.

Na espécie, consoante reconhecido pela própria agravante, houve procedência de demanda declaratória ajuizada em desfavor da parte agravada, mas não houve apuração efetiva do valor eventualmente devido.

Tanto é verdade que a parte agravante já tinha iniciado o processo de habilitação, tendo deixado, no entanto, de diligenciar no fornecimento de documentos ao administrador judicial, exatamente em relação ao valor exato do crédito que pretende habilitar.

Outrossim, não se pode olvidar que em decisão proferida à fl. 428 dos autos principais, já havia manifestação no sentido de incumbir à parte agravante a adoção das providências

necessárias à habilitação de seu crédito, sendo a parte intimada ainda em 2011 a respeito.

E, decorrido longo prazo, não houve prova de que tenha adotado as providências necessárias a viabilizar a habilitação, restando evidente a ausência de liquidez do título judicial.

Assim, verifica-se que as questões aventadas nos autos foram apreciadas por este Colegiado, logo, a conclusão adotada pelo acórdão proferido está devidamente fundamentada e motivada ausente qualquer vício que implique nulidade do julgado.

Na verdade, a parte requer, ainda, o prequestionamento dos dispositivos legais invocados, mas com intuito de demonstrar a sua inconformidade com parte do julgado, o que por certo não possibilita a reversão do julgado via aclaratórios. Houve análise detalhada da questão arguida no recurso, com justificativa suficiente para determinar o seu desprovimento. (Sem grifo no original).

Verifica-se, portanto, que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp n. 1.584.831/CE, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Verifica-se que a recorrente não se desincumbiu de demonstrar as razões pelas quais considera violadas as normas legais apontadas e tampouco impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, incidindo, por analogia, os enunciados sumulares n. 283 e 284 do STF, que dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"; e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Além disso, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos. Assim, não há como alterar a cognição do aresto impugnado e acolher a tese defendida no apelo extremo, uma vez que tal providência esbarraria no disposto na Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, o entendimento do STJ é de que "nos termos do disposto no artigo 18, alínea "a", da Lei nº 6.024/1974 – legislação específica aplicável ao caso, visto

se tratar de instituição financeira – a decretação da liquidação extrajudicial produz, de imediato, 'a suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação" (REsp n. 1.163.649/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, DJe, 27/2/2015).

Assim sendo, o Colegiado estadual julgou em consonância ao desta Corte, incidindo a Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator